

Mestrado Próprio

Direito do Desporto

Reconhecido pela NBA





Mestrado Próprio

Direito do Desporto

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 60 ECTS
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Acesso ao site: www.techtute.com/pt/ciencias-do-desporto/mestrado-proprio/mestrado-proprio-direito-desporto

Índice

01

Apresentação

pág. 4

02

Objetivos

pág. 8

03

Competências

pág. 14

04

Direção do curso

pág. 18

05

Estrutura e conteúdo

pág. 26

06

Metodologia

pág. 34

07

Certificação

pág. 42

01

Apresentação

O enorme crescimento das estruturas desportivas ao longo do tempo fez do Direito do Desporto um domínio de interesse crescente. Num ambiente cada vez mais profissionalizado, surgem todos os dias novos conflitos jurídicos que exigem um conhecimento aprofundado do funcionamento dos organismos correspondentes. É por isso que esta certificação proporcionará aos profissionais do desporto a especialização que procuram para enfrentar qualquer aspeto que possa surgir durante o seu exercício profissional com garantias. Por esta razão, o Mestrado Próprio conduzi-lo-á através do regime jurídico-laboral institucional e da relação do desportista neste quadro, analisando possíveis procedimentos penais e elementos específicos. Trata-se, sem dúvida, de um certificado essencial num formato online atrativo.





“

Graças a este Mestrado Próprio, especializar-se-á em Direito do Desporto para estudar em profundidade o regime jurídico e laboral das instituições e examinar o conjunto de direitos e deveres do profissional do desporto"

As questões jurídicas relacionadas com o desporto atingem cada vez mais o topo dos meios de comunicação social. Contratações que permanecem num limbo jurídico, falta de pagamento aos jogadores, alegações de viciação de resultados, casos célebres de doping, entre outras situações que ultrapassam largamente o âmbito desportivo e se tornam cada vez mais complexas à medida que se descobrem novas lacunas legais ou se regulam novos aspetos. É, por isso, importante que os intervenientes na prática desportiva tenham um conhecimento aprofundado do porquê destes cenários e se adaptem a um panorama em constante mudança.

Por esta razão, este Mestrado Próprio adquire maior valor nos tempos que correm, proporcionando ao aluno a perspetiva abrangente de que necessita para dominar o quadro constitucional e o sistema jurídico do desporto, bem como as questões que afetam o seu próprio desenvolvimento profissional no desporto. Desta forma, iniciarão um percurso académico que os levará a analisar o desporto em todas as suas dimensões. Examinará os mecanismos convencionais que o regulam e as diferentes instituições que são decisivas no seu funcionamento.

Neste sentido, o profissional do desporto mergulhará na aplicação do Direito Comercial, determinando o perfil jurídico das relações contratuais das entidades desportivas e o regime jurídico das figuras abrangidas pelo Direito da Concorrência. Analisará também detidamente os processos penais em que o desporto pode incorrer e os órgãos que compõem o sistema de justiça desportiva, passando a investigar a gestão do património dos desportistas de elite.

Com esta visão global do Direito Desportivo, o profissional do desporto será posto a par das garantias da maior universidade online do mundo. Para tal, a TECH disponibiliza um corpo docente extraordinário que se tem destacado nesta matéria. Isso e um formato online no qual o aluno terá o controlo da sua própria aprendizagem são incentivos poderosos para impulsionar a sua carreira com grande flexibilidade.

Este **Mestrado Próprio em Direito do Desporto** conta com o conteúdo científico mais completo e atualizado do mercado. As suas principais características são:

- ◆ O desenvolvimento de casos práticos apresentados por especialistas em Direito do Desporto
- ◆ Os conteúdos gráficos, esquemáticos e eminentemente práticos com os quais foi concebido fornecem informação jurídica e prática sobre as disciplinas que são essenciais para a prática profissional
- ◆ Exercícios práticos onde o processo de autoavaliação pode ser levado a cabo a fim de melhorar a aprendizagem
- ◆ A sua ênfase especial em metodologias inovadoras
- ◆ Lições teóricas, perguntas ao especialista, fóruns de discussão sobre questões controversas e atividades de reflexão individual
- ◆ A disponibilidade de acesso ao conteúdo a partir de qualquer dispositivo fixo ou portátil com ligação à Internet



*Determine com este Mestrado Próprio
quais as entidades jurídicas abrangidas
pelo Direito da Concorrência"*

“

Tudo o que precisa para analisar o regime jurídico-laboral do praticante desportivo está aqui; desde as suas fontes de regulação até às diferenças com a figura do praticante desportivo não profissional”

O corpo docente do Mestrado Próprio inclui profissionais do setor que trazem a sua experiência profissional, para além de especialistas reconhecidos de sociedades de referência e universidades de prestígio.

O seu conteúdo multimédia, desenvolvido com a mais recente tecnologia educativa, permitirá ao profissional uma aprendizagem situada e contextual, ou seja, um ambiente simulado que proporcionará uma preparação imersiva programada para praticar em situações reais.

A conceção deste Mestrado Próprio baseia-se na Aprendizagem Baseada em Problemas, através da qual o profissional deverá tentar resolver as diferentes situações da atividade profissional que surgem ao longo do percurso académico. Para tal, contará com a ajuda de um sistema inovador de vídeo interativo desenvolvido por especialistas reconhecidos.

O impulso que procurava para a sua carreira está nesta certificação abrangente. Inscreva-se e domine o impacto da regulamentação comercial no desporto!

Examine os problemas jurídicos que ocorrem quando o desporto profissional é praticado por mulheres, a fim de contribuir para uma solução no seu domínio.



02

Objetivos

Ao conceber um Mestrado Próprio, a TECH realiza um estudo aprofundado da área para determinar os conhecimentos mais atuais e incluí-los no conteúdo programático. Naturalmente, esta premissa foi transferida para esta certificação, para que os alunos possam usufruir de uma abordagem holística do conteúdo que ampliará significativamente a visão que tinham do domínio do desporto. Para o efeito, utilizarão as inovações pedagógicas que a TECH coloca à sua disposição no Campus Virtual.





“

Está interessado em conhecer detalhadamente o Direito do Desporto? Com este Mestrado Próprio, irá examinar em pormenor os órgãos que o compõem e as suas competências”



Objetivos gerais

- ◆ Atualizar os conhecimentos jurídicos sobre os aspetos comerciais do Direito do Desporto
- ◆ Aprofundar os conhecimentos sobre os principais contratos comerciais relacionados com o desporto
- ◆ Consolidar conhecimentos sobre a relação laboral dos desportistas de equipas profissionais
- ◆ Identificar as características da fiscalidade na dupla perspetiva da pessoa coletiva e da pessoa singular
- ◆ Analisar a aplicação do Direito Penal no domínio do desporto
- ◆ Examinar o conceito de Justiça Desportiva e a sua ação no domínio do desporto
- ◆ Atualizar os conhecimentos jurídicos sobre a gestão do património do desportista profissional

“

Se é um desportista amador ou treina grupos não profissionais, com este Mestrado Próprio estudará exaustivamente os casos em que os pagamentos recebidos pela prática desportiva devem gerar tributação”





Objetivos específicos

Módulo 1. Organização do Desporto e o seu Regime Jurídico

- ◆ Examinar o Direito Internacional aplicável ao desporto e o tratamento dado pelos organismos internacionais.
- ◆ Analisar o quadro regulamentar do desporto e a sua organização
- ◆ Especificar a organização pública do desporto (CSD, TAD, etc.)
- ◆ Desenvolver o regime jurídico das entidades e instituições desportivas: federações, ligas profissionais, clubes desportivos, associações de clubes e outras fórmulas associativas
- ◆ Especificar e identificar os regulamentos legais com incidência no desporto. Legislação setorial
- ◆ Determinar o modelo desportivo das comunidades autónomas e da administração local e a sua distribuição de competências

Módulo 2. Regime Jurídico das Entidades Desportivas

- ◆ Desenvolver as notas características de um sistema organizacional que contém especificidades, nomeadamente no âmbito da gestão contabilística, através da análise do contexto regulamentar e concetual
- ◆ Determinar as figuras jurídicas de relevo no desporto profissional, como as Sociedades Anónimas Desportivas e as ligas profissionais

Módulo 3. Relações contratuais das Entidades Desportivas, sobretudo no âmbito comercial

- ◆ Desenvolver o conhecimento do desporto como atividade económica, através da especificação do quadro regulamentar e concetual
- ◆ Realizar uma análise de casos práticos e reais para tratar de questões atuais

Módulo 4. Aspetos Laborais Específicos do Desportista Profissional:

Género, Menores e Integração

- ◆ Identificar o quadro regulamentar essencial relativo à igualdade e não discriminação no âmbito laboral
- ◆ Delimitar os pressupostos essenciais em termos de género no âmbito do desporto profissional
- ◆ Analisar as adaptações e questões essenciais no âmbito do recrutamento e do tempo de trabalho das mulheres desportistas profissionais
- ◆ Avaliar o impacto do género na remuneração no desporto profissional e avaliar as suas medidas de proteção
- ◆ Desenvolver as medidas essenciais para a proteção das mulheres no domínio da saúde e segurança no trabalho
- ◆ Avaliar o funcionamento das medidas de proteção contra a discriminação em caso de cessação do contrato de trabalho das desportistas profissionais, bem como o funcionamento da negociação coletiva e os direitos de representação das desportistas profissionais e as suas consequências
- ◆ Estabelecer as adaptações dos direitos essenciais dos desportistas profissionais menores
- ◆ Especificar as regras de capacidade contratual e de trabalho no caso dos desportistas profissionais menores e os seus direitos de formação
- ◆ Estabelecer medidas preventivas para os menores no desporto profissional
- ◆ Identificar o quadro geral dos direitos dos desportistas profissionais com deficiência e distingui-lo de conceitos afins
- ◆ Determinar as aplicações particulares dos direitos no caso dos desportistas profissionais com deficiência, com referência também ao caso da prevenção dos riscos profissionais

Módulo 5. Ordenamento Penal e Desporto. *Compliance*

- ◆ Instruir os diferentes agentes da área do desporto em Direito Penal Desportivo: advogados alinhados com o Direito Desportivo, representantes dos desportistas, assessores de federações, SAD, clubes e entidades desportivas locais, dirigentes desportivos, treinadores, etc
- ◆ Analisar as diferentes infrações penais específicas no domínio do desporto
- ◆ Mediação nas relações penais dos desportistas
- ◆ Aconselhar as entidades desportivas, os desportistas, os atletas e as empresas do setor sobre o Direito Penal do Desporto
- ◆ Criar uma verdadeira cultura de conformidade ética e regulamentar no desporto
- ◆ Adquirir conhecimentos para a implementação de um programa de compliance desportivo nas SAD e nos clubes
- ◆ Desenvolver uma legislação específica sobre o Compliance desportivo
- ◆ Elaborar um guia específico de prevenção da criminalidade no domínio do desporto
- ◆ Analisar as apostas desportivas online e a viciação de resultados, bem como o seu impacto nos grupos vulneráveis

Módulo 6. Justiça Desportiva e Resolução de Conflitos

- ◆ Desenvolver o conceito de Justiça Desportiva
- ◆ Analisar a natureza e a tipologia dos conflitos no desporto
- ◆ Contextualizar e analisar a disciplina desportiva no âmbito do direito sancionatório, os seus princípios e especificidades
- ◆ Analisar os órgãos competentes no domínio da disciplina desportiva, o sistema de infrações e sanções desportivas, os procedimentos e mecanismos de impugnação de decisões
- ◆ Desenvolver conhecimentos especializados sobre a justiça desportiva relativa à dopagem: sistema jurídico, órgãos competentes, infrações e sanções, procedimentos e mecanismos de impugnação de decisões
- ◆ Estabelecer mecanismos alternativos de resolução de conflitos no desporto, com especial atenção para a arbitragem e a mediação desportiva



Módulo 7. Gestão do Património do Desportista Profissional

- ◆ Analisar as etapas e os desafios da vida económica do desportista
- ◆ Identificar as opções de investimento
- ◆ Definir um plano de contingência
- ◆ Propor um protocolo de empresa familiar
- ◆ Identificar os riscos estruturais e conjunturais da gestão do património
- ◆ Avaliar as propostas de investimento em função do plano de contingência
- ◆ Examinar a oportunidade da vida empresarial do desportista reformado

03

Competências

A estrutura deste Mestrado Próprio foi concebida de forma a que o aluno adquira com sucesso as competências que lhe permitirão dominar todos os aspetos do Direito do Desporto. Este Mestrado Próprio proporcionar-lhe-á um elevado nível de preparação que lhe permitirá enfrentar com o critério necessário qualquer desafio ou cenário que possa surgir durante a sua prática profissional, graças a conteúdos que incluem os mais recentes contributos para responder a um campo dinâmico e em mudança.





“

*As competências que adquirirá posicioná-lo-ão
como um profissional do esporte com uma
bagagem jurídica de referência na sua área”*

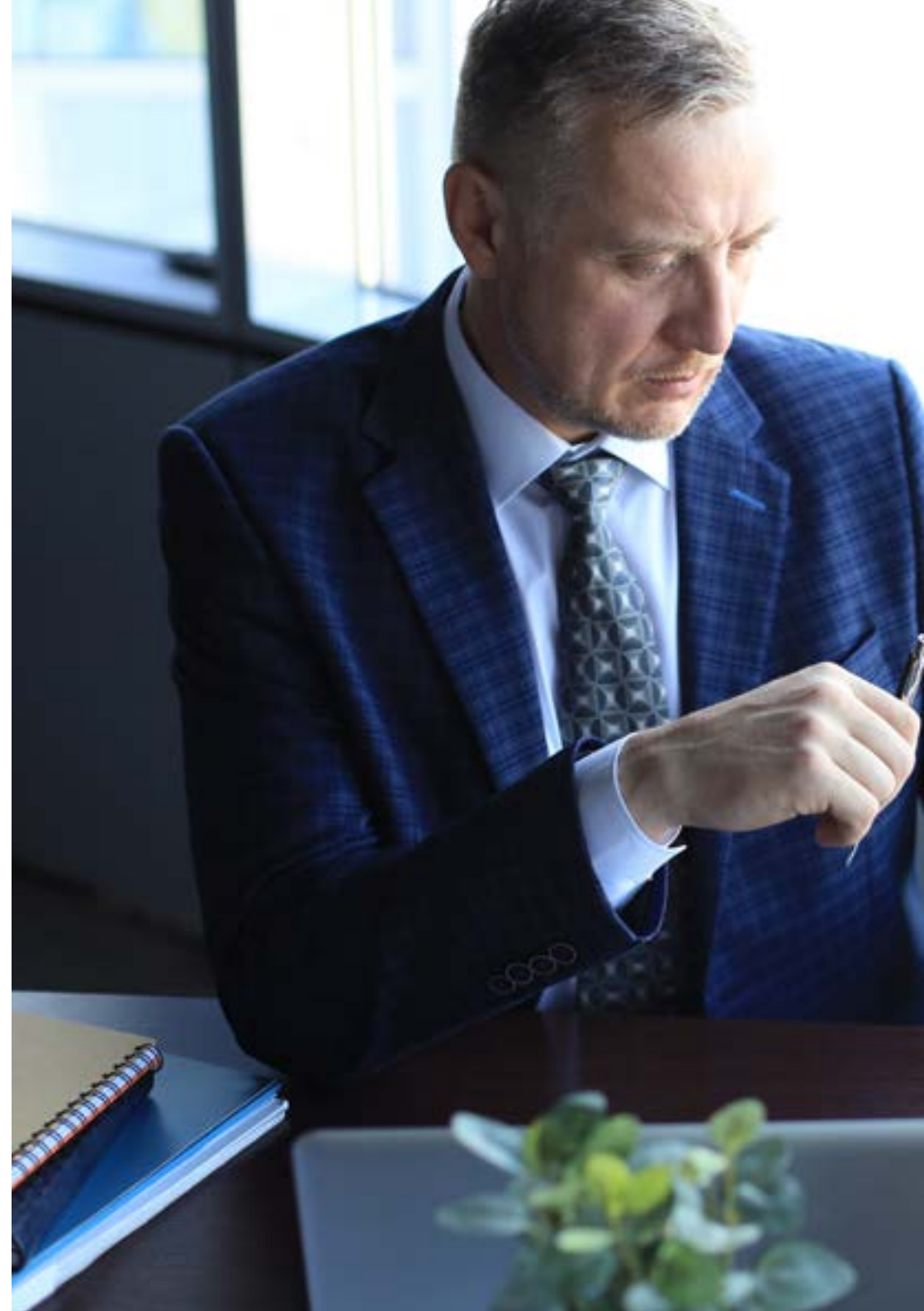


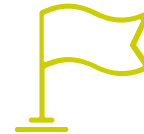
Competências gerais

- ♦ Dominar a organização do desporto e o seu regime jurídico
- ♦ Determinar os aspetos comerciais do Direito do Desporto
- ♦ Determinar o conteúdo da relação laboral dos desportistas profissionais, identificando as suas peculiaridades
- ♦ Tratar eficazmente os processos judiciais que envolvam o Direito Penal do Desporto
- ♦ Orientar a assessoria económica nas especialidades envolvidas na gestão do património do desportista
- ♦ Abordar os problemas desportivos a partir dos níveis administrativo, comercial, laboral, fiscal, penal e da *Lex Sportiva* que correspondem ao conflito a tratar

“

Um Mestrado Próprio com o qual dominará os principais contratos comerciais relacionados com o desporto”





Competências específicas

- ◆ Determinar os organismos e entidades mais relevantes no domínio do desporto em Espanha
- ◆ Analisar a distribuição de competências das entidades e administrações públicas no desporto
- ◆ Especificar os objetivos conceituais e de contextualização do desporto federado como uma estrutura organizacional específica
- ◆ Abordar o Direito da Concorrência e a forma como este afeta as relações contratuais desportivas mais importantes
- ◆ Determinar a relação de trabalho do desportista profissional de equipa e a relação jurídica do desportista externo ao clube
- ◆ Especificar a situação jurídica do desporto profissional em caso de deficiência
- ◆ Dominar as especialidades fiscais dos desportistas profissionais
- ◆ Dominar os principais contratos comerciais relacionados com o desporto
- ◆ Dominar as adaptações jurídicas e laborais com uma abordagem de género no domínio da relação individual de trabalho dos desportistas profissionais e das desportistas
- ◆ Determinar os métodos de colaboração entre empresas terceiras e o desporto e a fiscalidade aplicável a estas ferramentas de financiamento
- ◆ Gerir as especialidades fiscais das entidades desportivas
- ◆ Desenvolver estratégias de acusação e de defesa das entidades desportivas em processos penais
- ◆ Dominar o sistema sancionatório no desporto, o seu regime jurídico, princípios e garantias, órgãos disciplinares, infrações e sanções, bem como os meios de impugnação das decisões
- ◆ Aconselhar o desportista sobre os elementos de tributação da sua atividade

04

Direção do curso

Direito Público, Direito do Trabalho, Direito Comercial, Direito Financeiro, etc. Muitos sub-ramos do conhecimento jurídico estão presentes no Direito Desportivo, razão pela qual a TECH incorporou especialistas de cada área no Mestrado Próprio para proporcionar aos alunos uma visão multidisciplinar. Como se isso não bastasse, alguns dos professores também trabalharam como desportistas de elite. Esta é uma garantia fantástica para conhecer as necessidades dos alunos, para saber o que eles exigem da certificação.





“

Especialistas em Direito Público e do Trabalho, Direito Comercial, Direito Financeiro, etc. O corpo docente dará ao Mestrado Próprio uma perspetiva multidisciplinar que o enriquecerá consideravelmente”

Direção



Doutora Rosa Fraile Fernández

- ♦ Investigador especialista em Direito Financeiro e Tributário
- ♦ Professora de Direito Financeiro e Tributário na Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Professora de Tributação Avançada das Pessoas Coletivas na UNIR
- ♦ Presidente do Comité Científico do Congresso de Desporto e Compliance da Universidade de Málaga
- ♦ Doutoramento em Direito pela Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Mestrado em Direito dos Negócios e Contencioso Internacional pela Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Licenciatura em Administração e Direção de Empresas pela Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Presidente do comité científico do Congresso de Desporto e Compliance da Universidade de Málaga e do Congresso de Fiscalidade e Desporto da Universidade de Alcalá
- ♦ Membro de: Rede de Investigação e Desporto do Consejo Superior de Deportes e Equipa de Investigação em Projetos de Investigação de Concorrência Competitiva

Professores

Doutora Navas-Parejo Alonso, Marta

- ♦ Investigadora e Catedrática de Direito do Trabalho e da Segurança Social
- ♦ Professora de Direito do Trabalho e da Segurança Social na Universidade Carlos III de Madrid
- ♦ Doutoramento em Direito pela Universidade Carlos III de Madrid
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade Carlos III de Madrid
- ♦ Licenciatura em Administração e Direção de Empresas pela Universidade Carlos III de Madrid
- ♦ Membro: Grupo de Trabalho sobre o Rendimento Básico do itdUPM e do GENET

Doutor Rodríguez Monserrat, Manuel

- ♦ Investigador e Professor de Direito Penal
- ♦ Investigador no Centre de Recherche Interdisciplinaire sur la Déviance et la Pénalité
- ♦ Investigador na Universidade Abdelmalek Essaadi
- ♦ Doutoramento em Direito pela Universidade da Cádiz
- ♦ Mestrado em Direito do Desporto pela Universidade de Valência
- ♦ Mestrado em Sistema Penal e Criminalidade

Doutora Pérez Guerrero, María Luisa

- ♦ Investigadora e Catedrática de Direito Público e do Trabalho
- ♦ Investigadora e Diretora do Departamento de Direito Público e do Trabalho da Universidade de Huelva
- ♦ Doutoramento em Direito pela Universidade de Huelva
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade de Huelva
- ♦ Especialista em Direito Comunitário pela Universidade de Huelva
- ♦ Especialista em Segurança Social Europeia, pela Universidade de Roskilde

Doutor Rubio Sánchez, Francisco

- ♦ Diretor Académico do Programa Internacional de Gestão Desportiva do CIES da FIFA em Espanha
- ♦ Presidente do Comité de Competição da Real Federação Espanhola de Futebol
- ♦ Mediador da FIFA e do CAS/CAS
- ♦ Cofundador, Diretor de Formação e Mediador do Instituto Español de Mediación Desportiva y Pacificador
- ♦ Árbitro no Comité de Peritos na Indústria do Desporto e Entretenimento da Associação Europeia de Arbitragem
- ♦ Consultor da Vessel Legal
- ♦ Advogado e Magistrado no Tribunal Provincial de Badajoz
- ♦ Doutoramento em Direito pela Universidade da Extremadura
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade de Extremadura
- ♦ Mestrado em Direito do Desporto pela Universidade de Lleida
- ♦ Membro de: AEDD, ADDExtremadura e AGEDEX

Doutor Ortiz Espejo, Daniel

- ♦ Advogado Especialista em Direito Administrativo e Direito Financeiro
- ♦ Advogado colaborador de Ergalex Asesoría Integral de Empresas
- ♦ Advogado Colaborador de DLC IURIS Abogados
- ♦ Membro do Conselho Consultivo Profissional de Cremades & Calvo-Sotelo Abogados
- ♦ Assessor Jurídico de AJE Suroeste de Madrid e AJE Móstoles
- ♦ Colaborador do Departamento de Direito Administrativo de Afonso Asesores
- ♦ Doutoramento em Direito pela Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade Nacional de Educação à Distância
- ♦ Curso de Estudos Avançados em Direito Público pela Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Especialidade em Contratos Públicos, pela Universidade à Distância de Madrid

Dra. Díaz Marí, Montse

- ♦ Advogada do Gabinete de Assessoria Jurídico-Desportiva DíazMarí
- ♦ Vice-secretária da Associação Espanhola de Direito do Desporto (AEDD)
- ♦ Membro da Associação de Antigos Alunos do Mestrado Oficial em Direito do Desporto (SLA)
- ♦ Advogada na Samsung Electronics Iberia
- ♦ Colaboradora do Comité Olímpico Espanhol
- ♦ Treinadora de Basquetebol de Nível 2 na FBPA
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade de Oviedo
- ♦ Mestrado em Mercados e Indústria do Direito do Desporto e do Espetáculo pelo ISDE - Madrid
- ♦ Mestrado Oficial em Direito do Desporto pelo INEFC-Lérida
- ♦ Mestrado em Acesso à Advocacia e Direito Empresarial pela Universidade San Pablo CEU - Madrid
- ♦ Mestrado Próprio em Direito Desportivo pela Universidade San Pablo CEU- Madrid

Dr. Fernández Torres, Juan Manuel

- ♦ Advogado Especialista em Direito do Desporto, Compliance e Boa Governação
- ♦ Assessor Jurídico do Club Deportivo Adra Milenaria CF
- ♦ Representante de futebolistas
- ♦ Solicitador dos Tribunais
- ♦ Licenciatura em Direito pela UNED
- ♦ Mestrado em Direito do Desporto pela Universidade de Valência
- ♦ Mestrado em Direito de Seguros pela UNED
- ♦ Especialista em Contabilidade e Tributação pela AECE
- ♦ Coach Desportivo pela European Sport Business School

Dr. Pérez Arias, José Carlos

- ♦ SEO e Sócio Fundador de SMARTLOU Advogados Algeciras
- ♦ Redator Digital na Ushuaia Contenidos Digitales
- ♦ Advogado na Bufete Díaz y Asociados SCP
- ♦ Advogado na DMV Abogados
- ♦ Diretor do Departamento Jurídico da Asociación Jóvenes Juristas
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade da Cádiz
- ♦ Mestrado em Direito do Desporto pela Universidade de Valência
- ♦ Mestrado em Jornalismo Desportivo pelo ESNECA

Dra. Simionato, Alessia

- ♦ Advogada de Média IP/IT na Fournal Abogados
- ♦ Advogada na FVF Associati
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade Estatal de Milão
- ♦ Especialista em Propriedade Intelectual e Direito Audiovisual pelo Centro de Estudios Financieros
- ♦ Especialista em Direito Digital e Novas Tecnologias pelo Centro de Estudios Financieros

Dr. Sanz Torró, Vicente

- ♦ Sócio Diretor da Sanz Soler & Mann Legal and Tax
- ♦ Diretor da Sanz Torró SLP
- ♦ Sócio de Andersen Legal & Tax e Codiretor do Departamento Fiscal
- ♦ Professor de Direito Financeiro na Universidade de Valência
- ♦ Professor do Departamento de Economia e Ciências Sociais da Universidade Politécnica de Valência
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade de Valência
- ♦ Licenciatura em Estudos Económicos e Empresariais da Universidade de Valência
- ♦ Mestrado em Tributação pelo Colegio de Economistas de Valencia
- ♦ Membro: ICAV, COEV, AEDAF e REAF

Doutor Álvarez de Linera Granada, Pablo

- ♦ Of Counsel de Andersen
- ♦ Sócio da Garrigues & Andersen
- ♦ Sócio da Garrigues Abogados y Asesores Tributarios
- ♦ Advogado na Arthur Andersen
- ♦ Advogado na GTA Villamagna Abogados
- ♦ Vice-presidente do Conselho Espanha-México
- ♦ Assessor da Fundação Instituto Hispano-Árabe do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Liga Árabe
- ♦ Doutoramento em Direito pela UDIMA
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade de Oviedo
- ♦ Licenciatura em Ciências Económicas e Administração de Empresas pela Universidade de Oviedo
- ♦ Mestrado em Cinema, Televisão e Meios Audiovisuais pela Universidade Rey Juan Carlos

Doutora González Pelayo, Ana

- ♦ Advogada Fiscal no Escritório de Advocacia Internacional Juarez
- ♦ Advogada Fiscal na Luis Abogados
- ♦ Advogada Fiscal na Garrido Forensic
- ♦ Advogada na Transcom Legal Services
- ♦ Doutoramento em Direito pela Universidade Carlos III de Madrid
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade Carlos III de Madrid
- ♦ Mestrado em Assessoria Financeira e Fiscal no âmbito das NIIF pela Universidade Carlos III de Madrid

Doutor Martín Casero, David

- ♦ Diretor de Desenvolvimento Comercial na Abogados Arroyo Romero
- ♦ Diretor de Compras da Conferência Episcopal Espanhola
- ♦ Diretor Financeiro e Gerente da Editora da Conferência Episcopal Espanhola
- ♦ Gestor de Projetos na Capgemini Consulting e na 2.C Consulting
- ♦ Senior Manager da divisão Finance and Performance Management da Accenture
- ♦ Doutoramento em Administração de Empresas pela Universidade Politécnica de Madrid
- ♦ Licenciatura em Ciências Matemáticas pela Universidade Autónoma de Madrid
- ♦ Mestrado em Imobiliário pelo Colegio Oficial de Agentes de la Propiedad Inmobiliaria de Madrid
- ♦ Mestrado em Banca e Finanças pelo IEB
- ♦ Executive Master Management International Purchasing (MIP) pela IQS
- ♦ Executive MBA pelo IESE

Dra. Fassi El Mechacti, Sara

- ♦ Advogada
- ♦ Campeã da Espanha de Kickboxing
- ♦ Campeã de Espanha de Kung Fu
- ♦ Vice-campeã do mundo de Kickboxing ISKA
- ♦ Campeã de Andaluzia de Taekwondo
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade de Cádiz
- ♦ Mestrado em Acesso à Advocacia com Especialização em Direito Penal
- ♦ Mestrado em Direito da União Europeia pela Universidade Católica de Lovaina

Dr. Velasco Jiménez, Ignacio

- ♦ Diretor do Departamento de Consultoria Patrimonial do CaixaBank
- ♦ Diretor de Contas Estratégicas de Clientes ALTIUM no CaixaBank
- ♦ Licenciatura em Ciências Económicas e Empresariais pela Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Mestrado em Tributação e Consultoria Fiscal pelo Centro de Estudos Financeiros
- ♦ Pós-graduação em Assessoria Financeira pela Universidade Pompeu Fabra
- ♦ Membro: EFPA Espanha

Doutor Messía de la Cerda Ballesteros, Jesús Alberto

- ♦ Investigador e Catedrático de Direito Civil
- ♦ Professor de Direito Civil na Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Delegado de Proteção de Dados na Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Doutoramento em Direito Civil pela Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Membro: Conselho de Proteção de Dados da Comunidade de Madrid

Dr. Matilla Alcudia, Antonio

- ♦ Responsável pela Área de Negócio de Desportistas Profissionais e Grupos de Valor no Private Banking do CaixaBank
- ♦ Diretor do Departamento de Coletivos, Prescritores e Centro Internacional de Clientes do Barclays Bank
- ♦ Diretor Comercial do Departamento de Agentes Hipotecários e Comerciais do Bancaja
- ♦ Licenciatura em Ciências Económicas e Empresariais pelo CUNEF na Universidade Complutense de Madrid
- ♦ Pós-graduação em Assessoria Financeira pela Universidade Pompeu Fabra
- ♦ Gestão Patrimonial pelo CISI



**Doutor Arroyo Romero, Francisco Javier**

- ♦ Sócio Fundador e Diretor do Escritório de Advocacia Arroyo Romero
- ♦ Professor de Direito Processual na Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Assessor Jurídico da Federação Espanhola de Rugby
- ♦ Doutoramento em Direito pela Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Licenciatura em Direito pela Universidade Complutense de Madrid

Doutor Velasco Fernández, Fernando

- ♦ Investigador e Catedrático de Estudos de Inteligência
- ♦ Professor de Estudos de Inteligência na Universidade Rey Juan Carlos
- ♦ Doutoramento em Filosofia pela Universidade de Salamanca
- ♦ Licenciatura em Ciências Morais pelo Instituto Superior de Ciências Morais da Universidade Pontifícia Comillas
- ♦ Licenciatura em Filosofia pela Universidade Pontifícia Comillas

Doutor JFernández Fernández, José Luis

- ♦ Presidente e sócio fundador do Instituto para a Formação, o Crescimento e o Desenvolvimento - Doutor Paz Varela
- ♦ Professor na Universidade Pontifícia Comillas
- ♦ Diretor da coleção *Ética de las Profesionales* da Editora Desclée de Brouwer
- ♦ Diretor da Cátedra Iberdrola de Ética Económica e Empresarial
- ♦ Perito jurídico em *Compliance* certificado pela ASCOM
- ♦ Doutoramento em Filosofia pela Universidade Pontifícia Comillas ICAI-ICADE
- ♦ MBA pelo ICADE
- ♦ Membro da Comissão de Responsabilidade Social Empresarial da AECA, do Conselho Consultivo da Assessoria de Negócios Sociais do ICADE, do Conselho Consultivo da ASCOM e do ICCP

05

Estrutura e conteúdo

Sob a supervisão cuidadosa do corpo docente, a TECH concebeu um plano de estudos que aborda de forma abrangente o regime jurídico-laboral da organização do desporto e dos seus profissionais, incluindo também o impacto do Direito Penal no Desporto e a situação financeira dos desportistas de elite. Esta abordagem exaustiva é apresentada ao aluno através de um rico catálogo de recursos interativos, que têm como única missão facilitar a interiorização dos conceitos.





“

Um currículo que lhe dá as chaves para as melhores estratégias de prevenção da violência em eventos desportivos”

Módulo 1. Organização do Desporto e o seu Regime Jurídico

- 1.1. O desporto num quadro global
 - 1.1.1. Desporto e Direito Internacional. Abordagem
 - 1.1.2. Convenções e declarações relativas ao desporto
 - 1.1.3. Organizações desportivas internacionais

Módulo 2. Regime Jurídico das Entidades Desportivas

- 2.1. Federações desportivas
 - 2.1.1. O sistema piramidal federado. Abordagem conceptual
 - 2.1.2. Federações desportivas internacionais
 - 2.1.2.1. Conceito, estatuto jurídico, funções e outras notas de importância prática
 - 2.1.3. Federações desportivas estatais
 - 2.1.3.1. Conceito, estatuto jurídico, funções e outras observações pertinentes
 - 2.1.4. Aspetos documentais e contabilísticos
- 2.2. Comité Olímpico
 - 2.2.1. Comité Olímpico
 - 2.2.2. Comité Olímpico Internacional
 - 2.2.3. Outras instâncias internacionais ligadas ao setor desportivo
- 2.3. Sistema desportivo não federado
 - 2.3.1. Os casos do padel e do golfe: World Padel Tour e Live Golf
 - 2.3.2. Basquetebol: Euroleague Commercial Assets
 - 2.3.3. Adequação entre desporto federado e não federado
 - 2.3.4. Referência aos contratos dos desportistas profissionais individuais
- 2.4. Tribunal Administrativo do Desporto
 - 2.4.1. Quadro regulamentar
 - 2.4.2. Conceito, estrutura e funções
 - 2.4.3. Procedimento

Módulo 3. Relações Contratuais das Entidades Desportivas, sobretudo no Âmbito Comercial

- 3.1. Especificidade do desporto
 - 3.1.1. Introdução à regulamentação
 - 3.1.2. Influência da especificidade do desporto a nível europeu
 - 3.1.3. Casos pertinentes

- 3.2. O desporto como atividade económica
 - 3.2.1. Contextualização
 - 3.2.2. Implicações jurídicas da sua consideração como atividade económica
 - 3.2.3. Casos pertinentes
- 3.3. Direito da Concorrência: livre concorrência
 - 3.3.1. Influência do Direito da Concorrência nas federações desportivas
 - 3.3.2. Conceito de posição dominante
 - 3.3.3. Comportamentos no setor desportivo que restringem a livre concorrência: abuso de posição dominante
- 3.4. Análise comparativa: o desporto nos Estados Unidos
 - 3.4.1. Quadro regulamentar
 - 3.4.2. Conceito e estrutura organizacional
 - 3.4.3. A figura jurídica do franchisado
- 3.5. Comissão Europeia e Tribunal de Justiça da União Europeia
 - 3.5.1. Introdução
 - 3.5.2. Quadro regulamentar
 - 3.5.3. Referência especial aos casos de Direito da Concorrência

Módulo 4. Aspetos Laborais Específicos do Desportista Profissional: Género, Menores e Integração

- 4.1. Igualdade e não discriminação no local de trabalho e sua aplicação no domínio desportivo
 - 4.1.1. Quadro introdutório
 - 4.1.2. Quadro regulamentar da igualdade e da não discriminação
 - 4.1.3. Manifestações da igualdade e da não discriminação no domínio do desporto
- 4.2. A igualdade e a não discriminação no desporto feminino
 - 4.2.1. Quadro regulamentar da igualdade e da não discriminação no domínio do desporto feminino
 - 4.2.2. Os planos de igualdade
 - 4.2.3. Medidas de ação positiva: regras de paridade nos órgãos dirigentes
- 4.3. Condições de trabalho das mulheres desportistas profissionais II: salário
 - 4.3.1. Quadro geral das medidas de igualdade salarial
 - 4.3.2. A diferença salarial entre homens e mulheres no caso das desportistas profissionais
 - 4.3.3. Medidas de proteção contra a discriminação salarial entre géneros no caso das desportistas profissionais

- 4.4. Condições de trabalho das mulheres desportistas profissionais III: prevenção de riscos
 - 4.4.1. Quadro geral da prevenção dos riscos no local de trabalho em função do género
 - 4.4.2. Aplicação de medidas de prevenção relacionadas com as mulheres: gravidez, maternidade e amamentação
 - 4.4.3. Assédio no âmbito das desportistas profissionais
- 4.5. Vicissitudes e cessação do contrato de trabalho das desportistas profissionais
 - 4.5.1. Quadro geral das vicissitudes do contrato de trabalho das desportistas profissionais
 - 4.5.2. Conciliação da vida familiar das desportistas profissionais
 - 4.5.3. Suspensão do contrato, licença e adaptações
 - 4.5.4. Cessação do contrato e particularidades no caso da mulher
 - 4.5.4. Proteção contra o despedimento das desportistas profissionais
 - 4.5.6. Efeitos do despedimento das desportistas profissionais
- 4.6. Direitos coletivos das desportistas profissionais
 - 4.6.1. Negociação coletiva no âmbito das desportistas profissionais
 - 4.6.1.1. Representação no quadro das desportistas profissionais
 - 4.6.1.2. Direito à greve das desportistas profissionais
- 4.7. Integração no desporto profissional I: tratamento da deficiência
 - 4.7.1. Quadro geral para o tratamento da deficiência
 - 4.7.2. Quadro conceitual: deficiência, doença e discriminação
 - 4.7.3. Aplicação no caso do desporto
- 4.8. Integração no desporto profissional II: tratamento da deficiência da prevenção de riscos laborais
 - 4.8.1. Quadro regulamentar geral para a prevenção dos riscos em caso de deficiência
 - 4.8.2. Fatores de risco em caso de deficiência
 - 4.8.3. Principais medidas profissionais em caso de deficiência: adaptação do posto de trabalho
- 5.1. O *Compliance* desportivo
 - 5.1.1. Infrações penais no domínio do desporto
 - 5.1.2. *Compliance*, código penal e responsabilidade penal da pessoa jurídica
 - 5.1.3. Necessidade e aplicação do *Compliance*
 - 5.1.4. Eficácia e impacto
 - 5.1.5. Casuística da corrupção desportiva no futebol
- 5.2. O *Doping*
 - 5.2.1. Regulamento da Agência Mundial Antidopagem
 - 5.2.2. Código Mundial Antidopagem
 - 5.2.3. Dopagem: reação administrativa e processo disciplinar
 - 5.2.4. A infração de dopagem no Código Penal
- 5.3. Imputação do desportista
 - 5.3.1. O desportista sob investigação
 - 5.3.2. O problema da imputação do desportista
 - 5.3.3. A imputação no domínio do tipo subjetivo: dopagem e lesões desportivas.
- 5.4. O crime de burla na compra e venda de futebolistas
 - 5.4.1. Análise da tipicidade do crime de burla.
 - 5.4.2. O papel das organizações criminosas na compra e venda fraudulenta de futebolistas
 - 5.4.3. Estudos de casos de burla na compra e venda de futebolistas
- 5.5. Manipulação de resultados em competições desportivas
 - 5.5.1. Contexto histórico do "match-fixing"
 - 5.5.2. Legislação aplicável à manipulação de resultados
 - 5.5.3. Crime de fraudes desportivas: incriminação e âmbito de aplicação
 - 5.5.4. O interesse jurídico protegido na manipulação de resultados desportivos
 - 5.5.5. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas na manipulação de resultados desportivos
 - 5.5.6. Circunstâncias específicas da infração de manipulação de resultados desportivos
- 5.6. Imputação das SAD e dos clubes
 - 5.6.1. A infração de desordem pública
 - 5.6.1.1. Interesse jurídico protegido
 - 5.6.1.2. Sujeito ativo
 - 5.6.1.3. Elementos do tipo
 - 5.6.2. O Regime disciplinar da Lei n.º 19/2007, de 11 de julho, contra a Violência, o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância no Desporto
 - 5.6.2.1. Deveres e obrigações
 - 5.6.2.2. Regime de infrações
 - 5.6.2.3. Regime de sanções
 - 5.6.3. Imputação
 - 5.6.3.1. Teorias da imputação
 - 5.6.3.2. Imputação objetiva

- 5.7. Violência exógena no desporto
 - 5.7.1. Explicação científica da violência no desporto
 - 5.7.2. Manifestações da violência desportiva
 - 5.7.3. Explicação científica
 - 5.7.4. Sistema de medidas contra a violência no desporto
 - 5.7.5. Casuística
 - 5.7.6. Medidas atuais
 - 5.7.7. Análise quantitativa da violência no desporto
- 5.8. Racismo e xenofobia no desporto
 - 5.8.1. Racismo e xenofobia
 - 5.8.1.1. Conceito de racismo e xenofobia
 - 5.8.1.2. Casos marcantes no desporto
 - 5.8.2. Quadro jurídico aplicável ao domínio do desporto como resposta ao aumento dos ataques racistas e xenófobos
 - 5.8.2.1. Quadro Europeu e internacional
 - 5.8.2.2. Resposta jurisdicional
- 5.9. Violência endógena no desporto
 - 5.9.1. Violência no desporto
 - 5.9.1.1. Teoria da assunção de riscos
 - 5.9.1.2. Teoria do caso fortuito
 - 5.9.1.3. Violência intencional
 - 5.9.2. Infração penal ou administrativa
 - 5.9.2.1. Competência do direito administrativo no domínio do desporto
 - 5.9.2.2. Competência do Direito Penal do Desporto no domínio do desporto
 - 5.9.2.3. Princípio *Non Bis Indem*
 - 5.10.3. Resposta jurisdicional

Módulo 6. Justiça Desportiva e Resolução de Conflitos

- 6.1. Justiça desportiva
 - 6.1.1. Justiça desportiva vs. justiça ordinária: delimitação
 - 6.1.2. Modelos de justiça desportiva
 - 6.1.3. A *Lex Sportiva* e justiça desportiva vs. Tutela jurisdicional efetiva





- 6.2. Disciplina desportiva
 - 6.2.1. Regime jurídico da disciplina desportiva
 - 6.2.2. Princípios e garantias da disciplina desportiva
 - 6.2.3. Âmbito objetivo e subjetivo da disciplina desportiva
- 6.3. Órgãos de disciplina desportiva
 - 6.3.1. Órgãos internacionais de disciplina desportiva
 - 6.3.2. Órgãos públicos de disciplina desportiva
 - 6.3.3. Órgãos ad hoc de disciplina desportiva
- 6.4. Regime de infrações e sanções desportivas
 - 6.4.1. Infrações e sanções desportivas
 - 6.4.2. Responsabilidade desportiva vs. Responsabilidade administrativa y penal
 - 6.4.3. Disciplina desportiva associativa interna dos clubes, SAD e outras entidades desportivas
- 6.5. Procedimentos relativos à disciplina desportiva
 - 6.5.1. Regime processual internacional da justiça desportiva
 - 6.5.2. Regime processual estatal da justiça desportiva
 - 6.5.3. Regime de impugnação das sanções desportivas
- 6.6. Justiça desportiva relativa à dopagem
 - 6.6.1. Código Mundial Antidopagem
 - 6.6.2. Infrações e sanções no domínio da dopagem
 - 6.6.3. Procedimento e impugnação de sanções por dopagem
- 6.7. Conflitos no desporto
 - 6.7.1. Conflitos desportivos vs. Conflito no desporto
 - 6.7.2. Órgãos competentes para a resolução de conflitos no desporto
 - 6.7.3. Mecanismos de resolução de conflitos no desporto
- 6.8. Resolução de conflitos na esfera federativa e noutras instituições e entidades desportivas
 - 6.8.1. Resolução de conflitos na esfera federativa internacional
 - 6.8.2. Resolução de conflitos na esfera federativa nacional
 - 6.8.3. Resolução de conflitos nas ligas, clubes SAD e outras entidades desportivas
- 6.9. Arbitragem desportiva
 - 6.9.1. Conceito e regime jurídico da arbitragem desportiva
 - 6.9.2. Órgãos arbitrais no desporto
 - 6.9.3. Procedimentos arbitrais

- 6.10. Mediação desportiva
 - 6.10.1. Conceito e regime jurídico da mediação desportiva
 - 6.10.2. Mediação preventiva: gestão positiva de conflitos
 - 6.10.3. Procedimento de mediação

Módulo 7. Gestão do Património do Desportista Profissional

- 7.1. Gestão de património
 - 7.1.1. Gestão do património: a preservação como objetivo
 - 7.1.2. A especialidade no desporto: carreira desportiva, tempo e projeção
 - 7.1.3. Decisões de equipa: investimento condicionado pela fiscalidade
 - 7.1.4. Rentabilidade e liberdade financeira antes e depois do desporto
- 7.2. Vida do desportista: etapas e desafios económicos e desportivos
 - 7.2.1. Passagem do desportista em crescimento à profissionalização
 - 7.2.2. Pessoas e decisões que devem acompanhar o desportista
 - 7.2.3. Desafios económicos e desportivos e os seus efeitos
 - 7.2.4. O desportista na reforma: património, fiscalidade e futuro
- 7.3. Identificação dos problemas jurídicos do desportista desde o início até ao fim da sua carreira desportiva
 - 7.3.1. Relações pessoais do desportista
 - 7.3.2. O desportista e o seu ambiente familiar: decisões jurídicas
 - 7.3.3. O desportista e o seu agente: questões relevantes
 - 7.3.4. O desportista e o seu clube: quadro contratual
 - 7.3.5. Decisões desportivas e seu significado jurídico
 - 7.3.6. Mecanismos jurídicos para a sua preservação patrimonial
 - 7.3.7. Abandono da prática desportiva: problemas que se colocam
- 7.4. Boa governação no desporto e seu impacto na preservação do património do desportista
 - 7.4.1. A relação entre o desportista e o clube
 - 7.4.2. Princípios de boa governação e o seu impacto no desportista
 - 7.4.3. Conformidade regulamentar e seu impacto nas relações desportivas
 - 7.4.4. Ética na boa governação e suas consequências
 - 7.4.5. A boa governação, o desportista e a nova Lei do Desporto
- 7.5. O desportista como empresário
 - 7.5.1. Desportista e empresa: objetivos comuns
 - 7.5.2. Decisões empresariais do desportista: aspetos





- 7.5.3. Equipa de aconselhamento do empresário desportista
- 7.5.4. Preservação do património do desportista enquanto empresário
- 7.5.5. Criação de negócios e a sua profissionalização fora do desporto
- 7.6. Princípios da empresa familiar aplicáveis ao desportista
 - 7.6.1. Visão do desportista como empresário familiar
 - 7.6.2. Princípios da empresa familiar aplicáveis
 - 7.6.3. Inteligência económica como princípio
- 7.7. O protocolo familiar como instrumento de preservação do património do desportista I
 - 7.7.1. O protocolo como contrato de preservação do património
 - 7.7.2. A convivência do desportista no protocolo familiar
 - 7.7.3. Problemas de contingência do desportista-empresário no protocolo
- 7.8. O protocolo familiar como instrumento de preservação do património do desportista II
 - 7.8.1. A sucessão do desportista como empresário no protocolo familiar
 - 7.8.2. Conselho de família e o seu papel no caso de um desportista empresário
 - 7.8.3. Boa governação no protocolo familiar de um desportista
- 7.9. da fiscalidade e seu impacto na preservação do património do desportista
 - 7.9.1. O contrato do desportista e as suas primeiras consequências fiscais
 - 7.9.2. A administração do património do ponto de vista fiscal
 - 7.9.3. Rendimentos obtidos pelo desportista e sua valorização fiscal
 - 7.9.4. Veículos fiscais adequados para o desportista em função da sua história de vida
 - 7.9.5. Decisões fiscais que contribuem para a preservação do património
 - 7.9.6. Casuística dos problemas fiscais mais comuns
- 7.10. A vida empresarial do desportista reformado
 - 7.10.1. O desportista e a sua reforma. Problemas físicos, psicológicos e financeiros
 - 7.10.2. A vida do desportista reformado: mudança de profissão
 - 7.10.3. O desportista como empresário
 - 7.10.4. Outros desafios desportivos do desportista reformado: casuística
 - 7.10.5. A rentabilidade da preparação para a reforma: a equipa do desportista
 - 7.10.6. Propostas para uma melhor adaptação ao momento da reforma

06

Metodologia

Este programa de capacitação oferece uma forma diferente de aprendizagem. A nossa metodologia é desenvolvida através de um modo de aprendizagem cíclico: **o Relearning**. Este sistema de ensino é utilizado, por exemplo, nas escolas médicas mais prestigiadas do mundo e tem sido considerado um dos mais eficazes pelas principais publicações, tais como a *New England Journal of Medicine*.





“

Descubra o Relearning, um sistema que abandona a aprendizagem linear convencional para o levar através de sistemas de ensino cíclicos: uma forma de aprendizagem que provou ser extremamente eficaz, especialmente em disciplinas que requerem memorização”

Estudo de Caso para contextualizar todo o conteúdo

O nosso programa oferece um método revolucionário de desenvolvimento de competências e conhecimentos. O nosso objetivo é reforçar as competências num contexto de mudança, competitivo e altamente exigente.

“

Com a TECH pode experimentar uma forma de aprendizagem que abala as fundações das universidades tradicionais de todo o mundo”



Terá acesso a um sistema de aprendizagem baseado na repetição, com ensino natural e progressivo ao longo de todo o programa de estudos.



O estudante aprenderá, através de atividades de colaboração e casos reais, a resolução de situações complexas em ambientes empresariais reais.

Um método de aprendizagem inovador e diferente

Este programa da TECH é um programa de ensino intensivo, criado de raiz, que propõe os desafios e decisões mais exigentes neste campo, tanto a nível nacional como internacional. Graças a esta metodologia, o crescimento pessoal e profissional é impulsionado, dando um passo decisivo para o sucesso. O método do caso, a técnica que constitui a base deste conteúdo, assegura que a realidade económica, social e profissional mais atual é seguida.

“

O nosso programa prepara-o para enfrentar novos desafios em ambientes incertos e alcançar o sucesso na sua carreira”

O método do caso tem sido o sistema de aprendizagem mais amplamente utilizado pelas melhores faculdades do mundo. Desenvolvido em 1912 para que os estudantes de direito não só aprendessem o direito com base no conteúdo teórico, o método do caso consistia em apresentar-lhes situações verdadeiramente complexas, a fim de tomarem decisões informadas e valorizarem juízos sobre a forma de as resolver. Em 1924 foi estabelecido como um método de ensino padrão em Harvard.

Numa dada situação, o que deve fazer um profissional? Esta é a questão que enfrentamos no método do caso, um método de aprendizagem orientado para a ação. Ao longo do programa, os estudantes serão confrontados com múltiplos casos da vida real. Terão de integrar todo o seu conhecimento, investigar, argumentar e defender as suas ideias e decisões.

Relearning Methodology

A TECH combina eficazmente a metodologia do Estudo de Caso com um sistema de aprendizagem 100% online baseado na repetição, que combina 8 elementos didáticos diferentes em cada lição.

Melhoramos o Estudo de Caso com o melhor método de ensino 100% online: o Relearning.

Em 2019, alcançámos os melhores resultados de aprendizagem de todas as universidades online do mundo.

Na TECH aprende-se com uma metodologia de vanguarda concebida para formar os gestores do futuro. Este método, na vanguarda da pedagogia mundial, chama-se Relearning.

A nossa universidade é a única universidade de língua espanhola licenciada para utilizar este método de sucesso. Em 2019, conseguimos melhorar os níveis globais de satisfação dos nossos estudantes (qualidade de ensino, qualidade dos materiais, estrutura dos cursos, objetivos...) no que diz respeito aos indicadores da melhor universidade online do mundo.



No nosso programa, a aprendizagem não é um processo linear, mas acontece numa espiral (aprender, desaprender, esquecer e reaprender). Portanto, cada um destes elementos é combinado de forma concêntrica. Esta metodologia formou mais de 650.000 licenciados com sucesso sem precedentes em áreas tão diversas como a bioquímica, genética, cirurgia, direito internacional, capacidades de gestão, ciência do desporto, filosofia, direito, engenharia, jornalismo, história, mercados e instrumentos financeiros. Tudo isto num ambiente altamente exigente, com um corpo estudantil universitário com um elevado perfil socioeconómico e uma idade média de 43,5 anos.

O Relearning permitir-lhe-á aprender com menos esforço e mais desempenho, envolvendo-o mais na sua capacitação, desenvolvendo um espírito crítico, defendendo argumentos e opiniões contrastantes: uma equação direta ao sucesso.

A partir das últimas provas científicas no campo da neurociência, não só sabemos como organizar informação, ideias, imagens e memórias, mas sabemos que o lugar e o contexto em que aprendemos algo é fundamental para a nossa capacidade de o recordar e armazenar no hipocampo, para o reter na nossa memória a longo prazo.

Desta forma, e no que se chama Neurocognitive context-dependent e-learning, os diferentes elementos do nosso programa estão ligados ao contexto em que o participante desenvolve a sua prática profissional.



Este programa oferece o melhor material educativo, cuidadosamente preparado para profissionais:



Material de estudo

Todos os conteúdos didáticos são criados pelos especialistas que irão ensinar o curso, especificamente para o curso, para que o desenvolvimento didático seja realmente específico e concreto.

Estes conteúdos são depois aplicados ao formato audiovisual, para criar o método de trabalho online da TECH. Tudo isto, com as mais recentes técnicas que oferecem peças de alta-qualidade em cada um dos materiais que são colocados à disposição do aluno.



Masterclasses

Existem provas científicas sobre a utilidade da observação por terceiros especializada.

O denominado Learning from an Expert constrói conhecimento e memória, e gera confiança em futuras decisões difíceis.



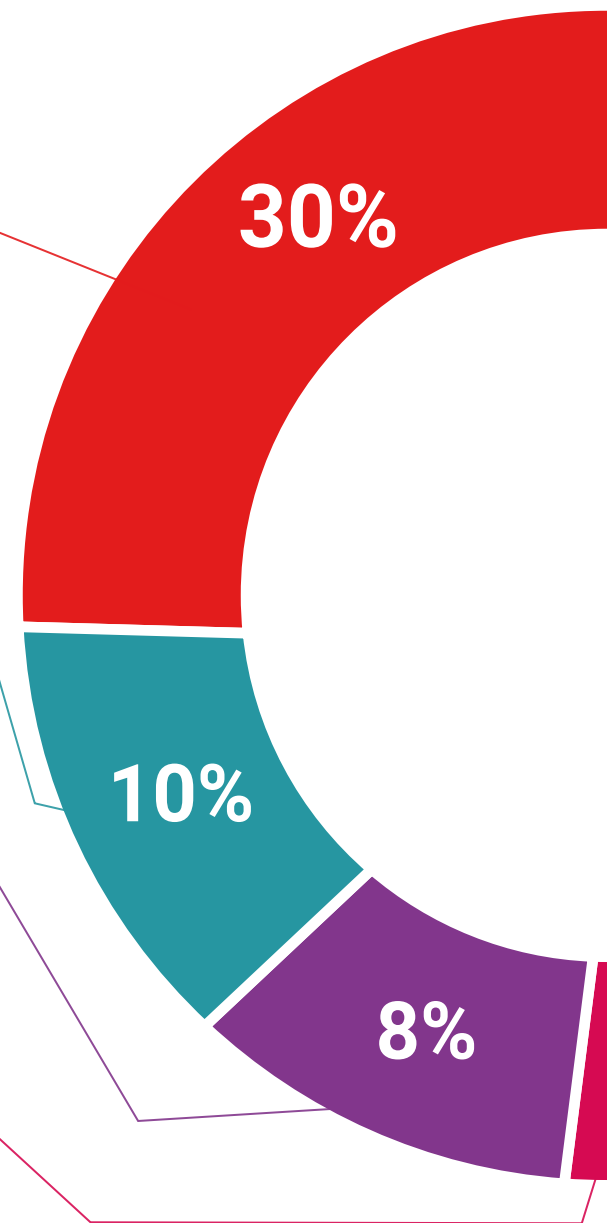
Práticas de aptidões e competências

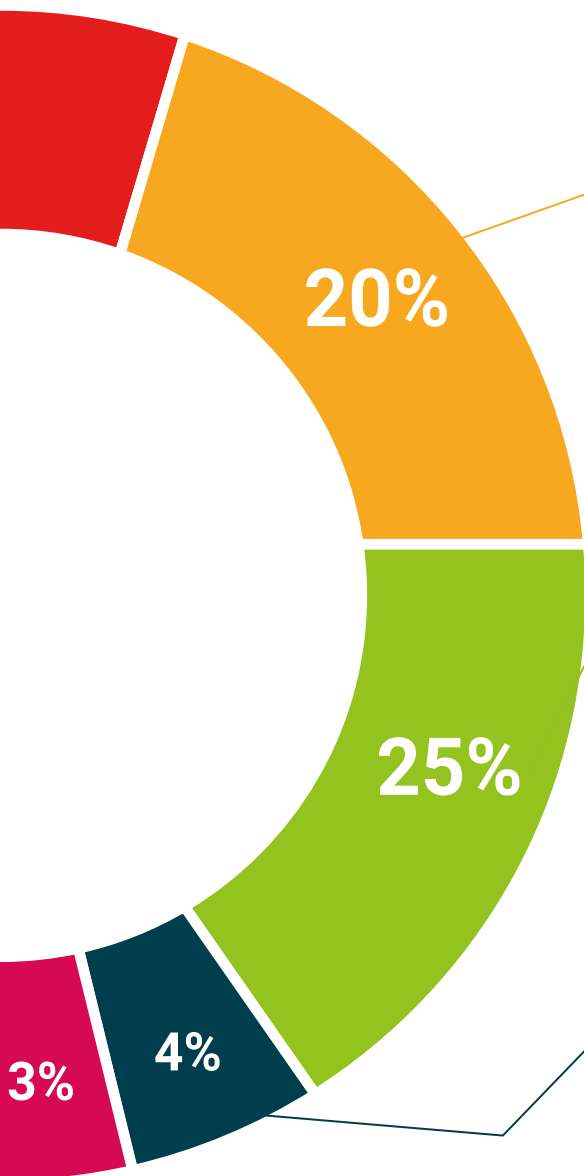
Realizarão atividades para desenvolver competências e aptidões específicas em cada área temática. Práticas e dinâmicas para adquirir e desenvolver as competências e capacidades que um especialista necessita de desenvolver no quadro da globalização em que vivemos.



Leituras complementares

Artigos recentes, documentos de consenso e diretrizes internacionais, entre outros. Na biblioteca virtual da TECH o aluno terá acesso a tudo o que necessita para completar a sua capacitação





Case studies

Completarão uma seleção dos melhores estudos de casos escolhidos especificamente para esta situação. Casos apresentados, analisados e instruídos pelos melhores especialistas na cena internacional.



Resumos interativos

A equipa da TECH apresenta os conteúdos de uma forma atrativa e dinâmica em comprimidos multimédia que incluem áudios, vídeos, imagens, diagramas e mapas conceituais a fim de reforçar o conhecimento.

Este sistema educativo único para a apresentação de conteúdos multimédia foi premiado pela Microsoft como uma "História de Sucesso Europeu"



Testing & Retesting

Os conhecimentos do aluno são periodicamente avaliados e reavaliados ao longo de todo o programa, através de atividades e exercícios de avaliação e auto-avaliação, para que o aluno possa verificar como está a atingir os seus objetivos.



07

Certificação

O Mestrado Próprio em Direito do Desporto garante, para além de um conteúdo mais rigoroso e atualizado, o acesso a um grau de Mestre emitido pela TECH Universidade Tecnológica.



“

Conclua este plano de estudos com sucesso e receba o seu certificado sem sair de casa e sem burocracias”

Este **Mestrado Próprio em Direito do Desporto** conta com o conteúdo científico mais completo e atualizado do mercado.

Uma vez aprovadas as avaliações, o aluno receberá por correio, com aviso de receção, o certificado* correspondente ao título de **Mestrado Próprio** emitido pela **TECH Universidade Tecnológica**.

Este certificado contribui significativamente para o desenvolvimento da capacitação continuada dos profissionais e proporciona um importante valor para a sua capacitação universitária, sendo 100% válido e atendendo aos requisitos normalmente exigidos pelas bolsas de emprego, concursos públicos e avaliação de carreiras profissionais.

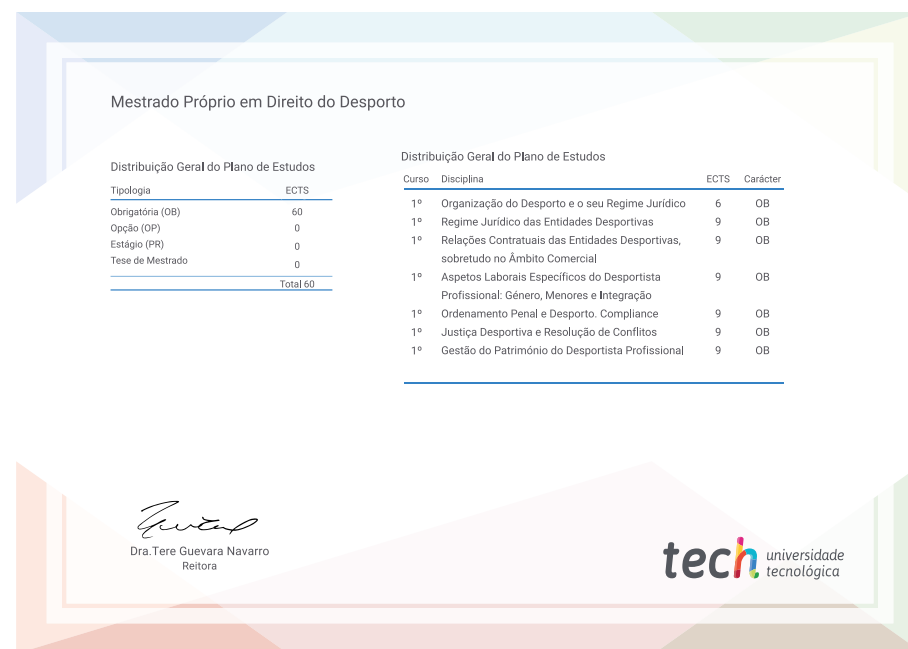
Certificação: **Mestrado Próprio em Direito do Desporto**

Modalidade: **online**

Duração: **12 meses**

ECTS: **60**

Reconhecido pela **NBA**



*Apostila de Haia: Caso o aluno solicite que o seu certificado seja apostilado, a TECH EDUCATION providenciará a obtenção do mesmo a um custo adicional.

futuro
saúde confiança pessoas
informação orientadores
educação certificação ensino
garantia aprendizagem
instituições tecnologia
comunidade compreensão
atenção personalizada
conhecimento inovação
presente qualidade
desenvolvimento simulação

tech universidade
tecnológica

Mestrado Próprio

Direito do Desporto

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 60 ECTS
- » Horário: ao seu próprio ritmo
- » Exames: online

Mestrado Próprio

Direito do Desporto

Reconhecido pela NBA

